

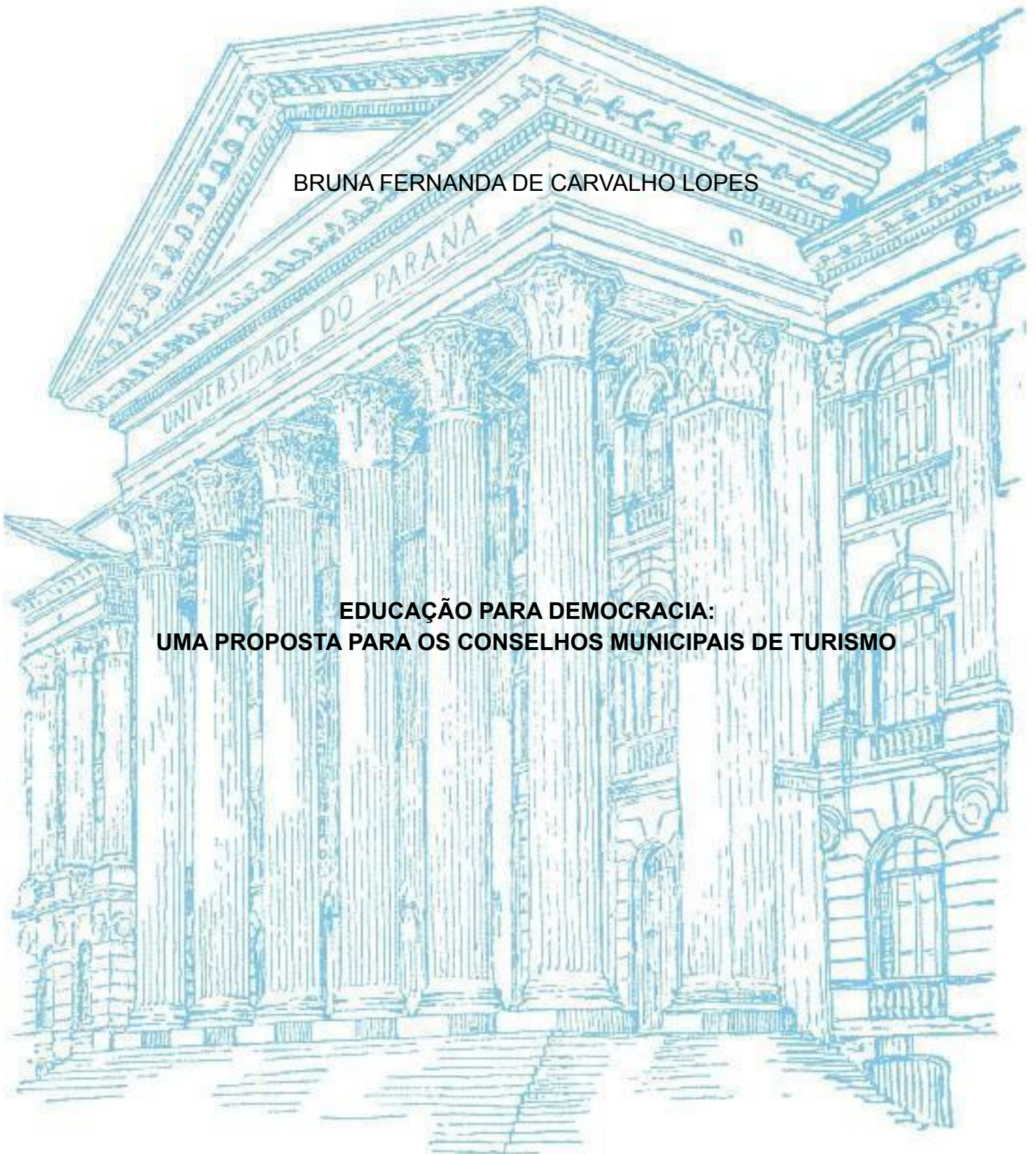
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA FERNANDA DE CARVALHO LOPES

**EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA:
UMA PROPOSTA PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO**

CURITIBA

2022



BRUNA FERNANDA DE CARVALHO LOPES

EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA:
UMA PROPOSTA PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO

Projeto apresentado à disciplina de Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II, Curso de Turismo, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Augusto Gomes.

CURITIBA

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à minha família. Às minhas avós Rosária e Nazaré, meu avô José e minha mãe Eliana que me cercaram de bons exemplos e sempre estiveram presentes, e principalmente aos meus irmãos, Júnior que sempre foi o meu maior incentivador e apoiador nessa caminhada e Felipe que é a criança por quem eu moveria céus e terras. Agradeço aos meus irmãos, Igor, Carol, Mary e Fábio que mesmo distantes se fizeram presentes em momentos decisivos nessa trajetória.

Ao meu professor e orientador Bruno, que me guiou neste projeto me dando apoio nos momentos em que eu mesma duvidei da minha capacidade, e a todos os professores do departamento que contribuíram com a minha formação.

Aos meus amigos Aline, Larissa e Igor que sempre acreditaram nos meus sonhos e se dispuseram a me ouvir em todas as minhas crises. Também as minhas amigas Paloma, Kamilly, Gabi e meu amigo Aneska que dividiram comigo o sonho da graduação. As minhas queridas Grécia e Nádia, mulheres extremamente fortes que eu tive oportunidade de conhecer nos estágios em que estive e pude trazer para a minha vida pessoal.

Ao Bill, Rosineide, Eduardo, Ariovaldo, Gabriela, Flávia, Elis, Pedro, Alice e Sophia por me acolherem como parte da família. E a todas as pessoas que cruzaram meu caminho nessa jornada e que me ensinaram sobre bondade, compaixão, respeito e amor ao próximo.

“Nada lhe pertence mais que seus sonhos.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Os conselhos de políticas públicas são instituições participativas que oferecem um potencial para uma solução participativa dos problemas públicos. No turismo os conselhos atuam juntamente com os órgãos públicos buscando fortalecer a participação da sociedade no ciclo das políticas públicas da área e assim gerar resultados. Todavia, considerando a diversidade e a rotatividade entre os conselheiros, para o bom funcionamento dos conselhos é importante que eles sejam capacitados para exercício da função. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a educação para a democracia nos conselhos municipais de turismo. Com a análise dos resultados pode-se ter um panorama mundial, com base nas plataformas trabalhadas, sobre a participação. Notou-se que na Europa o país com o maior número de experiências foi a Itália, na América Latina foi o Equador. Os resultados das entrevistas realizadas discorrem sobre falta de conhecimento acerca dos conceitos de conselho e democracia bem como a falta de entendimento do funcionamento e deveres dentro do conselho. Diante da realidade encontrada na pesquisa de caráter exploratória realizada com o auxílio de coleta de dados e entrevistas, se confirmou a possibilidade e o interesse dos entrevistados em colaborar com um projeto de capacitação com o objetivo de melhorar o funcionamento dos conselhos municipais de turismo.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Conselhos; Turismo.

ABSTRACT

Public policy councils are participatory institutions that offer the potential for a participatory solution to public problems. In tourism, the councils work together with public agents seeking to strengthen society's participation in the cycle of public policies in the area and thus generate results. However, considering the diversity and rotation among the directors, for the good functioning of the councils it is important that they are trained to perform their function. Thus, the present work has the general objective of analyzing education for democracy in municipal tourism councils. With the analysis of the results, it is possible to have a global panorama, based on the platforms worked on, about participation. It was noted that in Europe the country with the greatest number of experiences was Italy, in Latin America it was Ecuador. The results of the interviews carried out discuss the lack of knowledge about the concepts of council and democracy as well as the lack of understanding of the functioning and duties within the council. In view of the reality found in the exploratory research carried out with the aid of data collection and interviews, the possibility and interest of the interviewees in collaborating with a training project with the objective of improving the functioning of municipal tourism councils was confirmed.

Keywords: Education; Democracy; Councils; Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - PROCESSO CIRCULAR DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.....	24
FIGURA 2 - ETAPAS DA ANÁLISE E COLETA DE DADOS.....	27
FIGURA 3 - NUVEM DE PALAVRAS (PARTICIPEDIA).....	30
FIGURA 4 - NUVEM DE PALAVRAS (LATINNO).....	33
FIGURA 5 - NUVEM DE PALAVRAS TURISMO.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS POR PAÍS (PARTICIPEDIA).....	30
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS POR PAÍS (LATINNO).....	32
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS POR PAÍS.....	35

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - TIPOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	23
QUADRO 2 - MÓDULOS A SEREM DESENVOLVIDOS.....	44
QUADRO 3 - PALAVRAS-CHAVE NA PLATAFORMA PARTICIPEDIA.....	29
QUADRO 4 - PALAVRAS-CHAVE NA PLATAFORMA LATINNO.....	32
QUADRO 5 - PALAVRAS-CHAVE TURISMO.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

EPD - Educação para Democracia

IGRs - Instâncias de Governança Regionais

IPs - Instituições de Democracia Participativa

OOT's - Órgãos Oficiais de Turismo

MTUR - Ministério do Turismo

SUMÁRIO	
1 INTRODUÇÃO	11
2 MARCO TEÓRICO	13
2.1 EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA	13
2.2 CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 TIPO DE PESQUISA	23
3.2 COLETA DE DADOS	25
3.2.1 Construção do instrumento de coleta dos dados	25
3.2.2 Tabulação e interpretação dos dados	26
4 RESULTADOS	29
4.1 PARTICIPEDIA	29
4.2 LATINNO	31
4.3 TURISMO	34
4.4 ENTREVISTAS	36
5 PROJETO DE TURISMO	43
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO	43
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	43
5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.	43
5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos e Orçamento envolvidos em cada etapa	45
5.2.3 Avaliação do retorno do investimento	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA	53
APÊNDICE 2 - APRESENTAÇÃO MÓDULO 1	54
APÊNDICE 3 - APRESENTAÇÃO MÓDULO 2	56

1 INTRODUÇÃO

No âmbito do turismo os conselhos municipais atuam juntamente com os órgãos oficiais de turismo (OOT's), buscando fortalecer a participação da sociedade nas etapas de formulação e implementação de políticas públicas para o turismo no município, capacitando a comunidade local para participar da organização e desenvolvimento do setor, divisão de tarefas e responsabilidades além de identificar as potencialidades locais.

Os conselhos possuem representantes da gestão pública municipal, representantes da sociedade local e do trade turístico. No turismo essas instituições oferecem um potencial para uma resolução participativa de desafios advindos de políticas de longo prazo, assim buscando encontrar de forma colaborativa possíveis soluções e encaminhamentos para que não ocorra um desequilíbrio quanto ao poder, recursos e experiência entre esses representantes.

Nesse contexto, os conselheiros poderiam se beneficiar de tais práticas advindas da educação para a democracia. Esta permite formar cidadãos para agir de acordo com os valores democráticos e capacitá-los para tomar decisões que envolvam políticas em diferentes níveis, Benevides (p. 96) traz como justificativa que nem todos os indivíduos são governantes ou governados embora possam a vir desempenhar esse papel, por isso a importância da educação para a democracia.

Para Benevides (p.235, 1994) a educação para a democracia exige conhecimentos básicos da vida social e política e uma correspondente formação ética. Deixando claro que EPD não se trata de democratização do ensino, nem com educação democrática, sendo essa um meio necessário, mas não suficiente para se obter aquela. Dessa forma, a educação para a democracia poderia auxiliar nos conselhos municipais de turismo?

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a educação para a democracia nos conselhos municipais de turismo. Já os objetivos específicos dessa pesquisa busca:

- Analisar a participação nos conselhos municipais de turismo a partir do entendimento de gestores públicos e especialistas.
- Elaborar um panorama mundial acerca das experiências de educação para a democracia, incluindo as relacionadas ao turismo.

- Propor um projeto de capacitação para os conselhos municipais de turismo.

Para cumprir esses objetivos o trabalho se pauta em um referencial teórico que abordará dois conceitos já mencionados: educação para a democracia e conselhos municipais de turismo. A partir desse enfoque foi desenvolvido o processo de coleta de dados a fim de melhor compreender a necessidade e os temas mais relevantes para um projeto de capacitação de conselheiros.

2 MARCO TEÓRICO

De acordo com Marques (2008), o tema democracia assumiu um lugar de grande destaque no cenário político no século XX, e como houve mudanças e adaptações desta ao decorrer dos anos. Atualmente, existem diversos exemplos de democracia participativa, além do voto, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais fazem parte desse conceito.

Os diferentes formatos de democratização, construídos pela participação ampliada de atores sociais nos processos de tomada de decisões, aumentam os procedimentos inovadores, dessa forma, tornando objeto de disputa política, por incluírem temáticas ignoradas pelo sistema político, assim, promoverem a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação, especialmente no nível local.

A prática da participação busca aprofundar e intensificar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições democráticas representativas para torná-las mais inclusivas, ou ainda buscando formas de complementaridade entre democracia participativa e representativa. (MARQUES, p. 71, 2008).

Marques (2008), diz que existem três teses para o fortalecimento da democracia participativa, a primeira delas é reconhecer que não existe um único formato democrático, podendo haver mais abrangência em casos em que o sistema político abre mão de suas decisões, em favor de ações coletivas. A segunda tese tem base no contra hegemônico do plano local para o global, pois articulando o global/local torna possível a aprendizagem contínua. Por fim, a terceira tese diz respeito à pluralização cultural, racial e distributiva da democracia, ampliando o experimentalismo democrático em todas as direções. “As experiências de democracia participativa resgatam a dimensão pública e cidadã da política, na medida em que mobilizam setores sociais interessados em determinadas políticas públicas.” (MARQUES, 2008 p.72).

2.1 EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Para abordar o tema educação para democracia, será analisado o contexto de democracia e educação no âmbito da sociedade atual. De acordo com Marques (2008) a democracia tem sido um tema bastante presente na pesquisa em

educação, assumiu um lugar central no campo político no século XX. O conceito de democracia surge para ressaltar a importância da **participação popular** referente a tomadas de decisões sobre o funcionamento da sociedade.

Segundo Lima (2005), as relações entre educação, democracia e cidadania são, de há muito tempo, objeto de atenção no âmbito das teorias da democracia, pois gira em torno de esclarecer conceitos de cidadania, de modo que as diferentes concepções de democracia e de cidadania implicam distintas concepções de educação, diferentes no que esta se refere para a cidadania.

Nesse sentido, Marques (2008) explica que a cidadania é constituída de direitos e deveres, que enriquece as possibilidades da subjetividade, abrindo novos horizontes de auto realização, dessa forma, diz que a relação entre cidadania e subjetividade se apresenta de uma forma bem complexa. Benevides (1994) destaca a necessidade de uma educação que forme cidadãos capazes de julgar e escolher, que são indispensáveis numa democracia.

Benevides (1994) ressalta que o ser humano precisa de outras pessoas para o descobrimento e correção de nossos erros, especialmente de que foram educadas em culturas diferentes, “e isso conduz à tolerância.” (BENEVIDES p. 224, 1994).

Para Lima (2005), a educação crítica é uma contribuição importante para a cidadania democrática, na medida em que contribui para a ampliação dos participantes na deliberação democrática, e esta ampliação acarretará em uma maior **diversidade cultural**. Atualmente, uma nova teoria democrática deve buscar, portanto, o aprofundamento do campo político em todos os espaços de interação social, levando o aprofundamento da democracia a todos os lugares.

Educação e democracia são dois conceitos muito antigos e essenciais para uma sociedade, ao decorrer dos anos percebem-se diversos modos e características para aprimorar o processo educativo de forma que ele tenha um maior alcance e eficácia. Com a democracia não é diferente, pode se tratar de um tema antigo, que foi se adaptando a sociedade atual, porém mantendo o mesmo conceito base.

Partindo do campo da sociologia e filosofia política, a correlação entre esses temas, surge o estudo da educação para a democracia (EPD) que segundo (BENEVIDES 1994), “comporta duas dimensões: a formação para os valores

republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis.”

Na primeira dimensão, a educação como formação e consolidação de tais valores torna o ser humano ao mesmo tempo mais consciente de sua dignidade o que garante o valor da solidariedade assim seus semelhantes - como mais apto para exercer a sua soberania enquanto cidadão. (BENEVIDES, p. 228, 1994).

Portanto, educação para a democracia se baseia na **unificação** e ensinamento da sociedade sobre a democracia em si, nas escolas principalmente. Assim, Benevides (1994) alerta que “ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente e mais de uma vez no curso da vida um ou outro.”

Em sua segunda dimensão, consiste na cidadania ativa, ou seja, a formação para a participação na vida pública. Isso significa participar como cidadão comum ou como governante. Essa educação, acrescento, tem uma metodologia própria, cuja estrutura é dada pelas regras da argumentação, com sua lógica própria, bem diversa da lógica da demonstração científica. (BENEVIDES, p. 228, 1994).

De acordo com Mogilka (p.140, 2003) “o desenvolvimento da consciência crítica depende da participação em experiências e relações em que haja autonomia na prática, e não apenas no tratamento do conteúdo e na teoria.” Dessa forma, a EPD desenvolve o conhecimento num contexto geral, pois quando nos referimos a uma sociedade democrática, não diz respeito apenas aos governantes, mas a capacidade de desenvolver o **pensamento crítico** na sociedade com respeito às políticas públicas, de forma a reclamar sua participação na elaboração de projetos, e poder julgar os resultados. “A educação política através da participação em processos decisórios de interesse público é importante em si, independente do resultado do processo.” (BENEVIDES p.16, 1993).

Para melhor compreensão da educação para a democracia, Benevides (p.226, 1994) apresenta três elementos que são indispensáveis:

a formação intelectual e informação, diz que para a formação de um cidadão é necessário introduzi-lo em diversas áreas do conhecimento, pois aqueles que não tem acesso ao ensino, são excluídos da sociedade; a educação moral, que está vinculada a sentimentos e razão, mas sobretudo pela consciência ética; e educação do comportamento, que deve ser introduzido desde a escola primária no sentido de enraizar hábitos de tolerância e convívio com as diferenças, tarefa evidente para a educação para democracia. (BENEVIDES p.226, 1994)

Quando a EPD se trata dos governantes, existe a preparação para o julgamento político com base na tomada de decisões, para enfrentar todos os tipos de problemas. De acordo com Cordeiro (p.10, 2007), capacitar para a cooperação é condição essencial para a concretização da democracia na prática de governança, para a formação de governantes sintonizados com o futuro, é fundamental, primeiramente, fortalecer a visão estratégica das questões sociais, percebendo-a como a função orientadora da navegação, distinta do trabalho.

De acordo com Manhas (p. 111, 2008) a base de uma governança democrática é a confiança mútua. Embora haja sempre posições divergentes em democracia, há que se possa ter respeito e confiança, para fortalecer os laços de solidariedade. Benevides (1994), diz “EPD é uma formação para a discussão, para a argumentação, com o pressuposto do valor da tolerância.”

Dessa forma, a EPD define os valores republicanos, com base no respeito às leis, respeito ao bem público, sentido de responsabilidade no exercício do poder. Os valores democráticos, que são ligados aos valores republicanos, compreendem o reconhecimento da igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria, legitimamente formada. “Em outras palavras, trata-se da virtude do amor à igualdade, ao respeito integral aos direitos humanos, o acatamento da vontade da maioria” (BENEVIDES, p.230, 1994).

Após explorar o conceito de educação para a democracia, surge o questionamento de onde deve ser desenvolvido o tema, a respeito disso BENEVIDES, (p. 234, 1994) diz, “A escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação. É evidente que existem outros espaços para a educação do cidadão, dos partidos aos sindicatos, às associações profissionais, aos movimentos sociais, aos institutos legais da democracia direta.” Dessa forma, a própria educação deveria garantir direito à informação, nesse sentido a educação para a democracia é reforçada como a educação para saber discutir e escolher.

Benevides (p.225, 1994) diz que, a importância de se educar para a democracia é ensinar o valor da **liberdade de expressão**, respeito às diferenças, tolerância, empatia, preservação dos direitos políticos, liberdade civil, transparência, livre acesso à informação e, do respeito às liberdades individuais para a construção da cidadania.

A participação cidadã promove o espírito de cooperação e aumenta a sinergia comunitária. Esse espírito de confiança e cooperação, além de gerar relações mútuas, é condicionante para a construção da democracia. Além de ensinar crianças e adolescentes a participarem da sociedade de forma ética e responsável, promovendo assim o exercício da democracia (BENEVIDES, p.228, 1994).

A respeito de educação democrática, Freire (2002) ressalta a educação como um ato criador e através dela o indivíduo se torna autônomo, livre e capaz de tomar decisões com criticidade e discernimento. Porém, educar sempre respeitando as condições socioculturais, instigando-lhes o senso crítico. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, p. 21 2002).

Freire (2002) ressalta que o ensino tradicional é conservador e com a finalidade de dominação, por isso entendia a escola nova como prática de liberdade, dessa forma a educação deixa de ser autoritária. Dessa forma, diz que “não podemos, numa perspectiva democrática, transformar uma classe de alfabetização num espaço em que se proíbe toda reflexão em torno da razão de ser dos fatos.” (FREIRE, p.56 2002)

Ao citar os conteúdos que podem ser adquiridos na formação, Freire (2002) deixa claro, com seu testemunho, que o fundamental no aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade da liberdade que se assume. “É no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade.” (FREIRE p.13, 2002)

2.2 CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO

A produção brasileira tem oferecido importante contribuição a esse debate com estudos que vão além do desenho institucional e procuram avaliar a efetividade deliberativa das instituições de democracia participativa (IPs) por meio da qualidade do "processo argumentativo", o que é central na teoria deliberativa (ALMEIDA, 2009).

A democracia participativa é um conceito a ser considerado, para o planejamento do turismo, e conseqüentemente o desenvolvimento dentro dos

conselhos, estando diretamente ligado à tomada de decisões. Dentro dessa vertente, (MARQUES 2008 p.56) diz que “a democracia liberal tem como princípios fundamentais a igualdade, a liberdade e a fraternidade.” Em resumo, diz que os cidadãos atentos ao desenvolvimento público, e plenamente informados de todos os acontecimentos políticos, são capazes de tomar decisões dentre as diversas alternativas políticas, integrando uma forma direta ou indireta de participação. “Diferentes arranjos institucionalizados de participação e representação de atores da sociedade civil em interação com atores estatais tornaram-se parte fundamental do processo de políticas públicas”. (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016 p. 252).

De acordo com Almeida, Carlos e Silva (2016, p. 252) a democracia deliberativa se baseia principalmente em um debate público, sendo assim as decisões surgem da participação das pessoas afetadas pelo processo a ser discutido. Os autores ainda pontuam que esses processos participativos muitas vezes têm um impacto positivo nas políticas, pois geralmente reúnem indivíduos com conhecimento relevante para compreender o assunto a ser discutido.

Para Pessali e Gomes (2020, p. 7) os conselhos são formados por representantes da esfera pública, organizações não governamentais, iniciativas privadas, prestadores de serviços e a comunidade local, que possuam interesse na área de políticas públicas, como o turismo. É necessário que existam critérios para a escolha dos membros que virão a compor o conselho, afinal a prioridade é o desenvolvimento de um trabalho de qualidade com profissionais e indivíduos qualificados e capacitados (UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. 2020, p.8).

Os conselhos de políticas públicas, de acordo com Roscoche (2003, p. 6), deve ser criado por lei municipal como um órgão de consulta ou deliberação, caráter consultivo ou deliberativo, para a aproximação e integração entre o poder público e a sociedade civil. “É necessária a criação de conselhos organizados de acordo com as determinações legais, bem como das regulamentações administrativas” (SONTAG JUNIOR; GOMES, 2020, p. 98). Essas instituições participativas ganharam visibilidade após a Constituição Federal de 1988 (ALENCAR, J. L. et al. 2013, p. 113). Pessali e Gomes (2020, p. 7) discorrem sobre a sobrevivência dos conselhos mesmo com as mudanças de governo.

Ao tratar de políticas públicas, vale destacar (SECCHI 2013 p.2) diz que política pública é diretriz elaborada para enfrentar um problema público. E segundo ele, possuem dois elementos importantes, a intencionalidade pública e a resposta a

um problema público, ou seja, os motivos para a formulação da mesma e resolução de um problema coletivamente relevante. Seguindo esse sentido, Castro (2004) expõe que as políticas públicas estabelecem diretrizes orientadoras através do planejamento de estratégias, identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos. Porém, para que isso ocorra deve haver a participação dos diversos atores envolvidos com a atividade turística.

A abordagem estatista admite que atores não estatais até tenham influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública. Já acadêmicos da vertente multicêntrica admitem tal privilégio a atores não estatais. (SECCHI 2013 p.3).

De acordo com Secchi (2013), política pública age por meio de instrumentos variados, tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros.

Para identificar um problema público é necessário estar atento às opiniões públicas, pois na maioria dos casos, um problema pode estar presente por muito tempo, e não ter a devida atenção. Nesse ponto Secchi (2013) diz que uma situação pública passa a ser insatisfatória a partir do momento em que afeta a percepção de muitos atores relevantes. A partir do momento que esse ator identifica o problema, então ele pode lutar para tal entre na lista de prioridades.

Dessa forma, Cruz (2000) afirma que devemos assim fazer um levantamento das potencialidades e prioridade da localidade, para só então estabelecer metas e objetivos alinhados à política nacional de turismo, pois a política pública é de fundamental importância para a decisão do futuro do setor turístico no país.

A resolução do problema e a tomada de decisão, são questões de muita importância em políticas públicas, mas para que sejam desenvolvidas de maneira eficiente, é necessário que todo esse processo tenha um planejamento bem instaurado. Boiteux e Werner (2009, p. 13) definem o planejamento como “a determinação antecipada dos objetivos a serem atingidos e dos meios pelos quais esses objetivos devem ser atingidos”. Em outras palavras, trata-se da decisão do que fazer, como, e quem vai executar determinadas funções.

Sendo assim, o planejamento turístico segundo Boiteux e Werner (2009, p. 14), “planejar um destino turístico significa estruturá-lo para que a atividade possa gerar empregos, renda, consumo e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de vida do município”. Nesse sentido, Fernandes (2011) para que haja sucesso no planejamento do turismo é necessário ter conhecimento de alguns requisitos, como a estabilidade política e economia do local, como está o funcionamento administrativo do município, se há disponibilidade de dados estatísticos, se existem pessoas com capacidade técnicas apropriadas e o apoio da classe dirigente, são os fatores que têm impacto e devem ser levados em consideração. Assim, o planejamento turístico prevê o controle e a organização dos impactos positivos e negativos gerados pela indústria turística.

De acordo com Fernandes (2011) é importante dividir plano e planejamento. O plano é um documento técnico, no qual são expressos todos os estudos, decorrentes da atividade de planejamento. Ressaltando a importância de esclarecer que a diferença entre plano, programas e projetos se dá por conta do nível de detalhamento e do grau de abrangência do estudo realizado”. (FERNANDES 2011 p.28).

Boiteux e Werner (2009) apresentam um modelo de planejamento, que possui etapas a serem consideradas no planejamento turístico eficiente, e dentro desse modelo, citam como a legislação e o conhecimento das leis é primordial para desenvolver o planejamento turístico. E segundo eles, para que os recursos sejam organizados, se faz necessário a existência de um conselho de turismo no qual uma parte dos integrantes integre o poder público e a outra parte integre a iniciativa privada.

O conselho de turismo tem por finalidade administrar e dividir em funções específicas os braços da atividade turística. Deve-se delegar o cuidado dos eventos e o recolhimento das taxas, para que sejam trabalhadas em um fundo de turismo e se possa garantir agilidade em algumas tomadas de decisão. (BOITEUX; WERNER, 2009 P.17).

O Conselho Municipal de Turismo é o principal canal de participação social nas políticas públicas municipais, permitindo estabelecer a aproximação do poder público com a sociedade. Bassani, Gomes e Passali (2020) ressaltam que:

[...] A institucionalização do comportamento democrático na burocracia pública do Turismo, além de ser um preceito Constitucional é a base para que se cumpra parte dos propósitos da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 11.771/2008 [Lei Geral do Turismo], que é o desenvolvimento econômico-social justo e sustentável e a democratização do acesso ao

Turismo no País elevando o bem-estar geral. (BASSANI; GOMES; PESSALI, H. 2020, p. 165).

Essa instituição de democracia participativa auxilia o município a respeito do desenvolvimento do turismo, podendo participar na elaboração de Planos de Desenvolvimento. “Neste caso, pronunciar-se sobre questões relevantes à compatibilidade entre turismo, economia e assuntos sociais e propõe diretrizes que garantam a sustentabilidade da atividade turística” (ROSCOCHE, 2003 p. 6).

De acordo com Roscoche (2003 p. 5) o processo de descentralização do planejamento turístico no Brasil ocorreu em 1994 juntamente com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, tendo enfoque principalmente no âmbito local. O autor discorre ainda sobre a metodologia do PNMT que buscava incentivar a atividade turística principalmente por meio do inventário.

O Ministério do Turismo (2017) possui modelos operacionais para a criação do estatuto do conselho e para seu regimento interno. O primeiro dispõe de cinco títulos que abordam a denominação, objetivos, sua composição, diretoria, eleições e demais disposições. E o segundo que dispõe sobre o regimento com quatro capítulos abordando sobre as reuniões, apoio, grupos temáticos e membros da diretoria.

Proveniente de uma política pública participativa, o conselho municipal de turismo deve possuir representantes da gestão pública municipal, representantes da sociedade local bem como possuir representantes do trade turístico. Para Gomes (2018) os conselhos de turismo são uma oportunidade para que ocorra o aumento da interação entre os empresários, o setor público e as demais partes da sociedade local interessada no turismo. Por meio dessa aproximação há a troca de experiências, informações, o desenvolvimento de um espírito de cooperação, captação de oportunidades como capacitações além do fortalecimento do município como um destino turístico.

Um fator relevante para análise dos conselhos são as atas das reuniões, documento onde ficam registradas as falas e debates bem como as decisões que surgiram nas reuniões. As atas são importantes fontes de informação, pois elas registram “qual espaço as falas ocupam” nas dinâmicas concretas das IPs (Avritzer, 2009). Trata-se de avaliar como se dá a interação entre os participantes em termos de garantia de pluralidade, tolerância política, igualdade e real capacidade de todos

possuírem as mesmas condições de influenciar a agenda e controlar as políticas (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016).

O tempo de existência de um conselho municipal pode ser um importante indicador de recursos que este veio a acumular bem como se o conselho cumpre aquilo que é imposto (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016). A lei de criação de um conselho é também um grande indicador sobre como será a sua atuação, podendo ser consultivo ou deliberativo e se dispõe de um regimento interno.

Os conselhos municipais são relevantes para o desenvolvimento de **políticas públicas** democráticas voltadas para alguns setores dentro do planejamento nacional, estadual e municipal. Por Ungheri e Isayama (2020, p. 07) um conselho possui um papel significativo no ciclo da política pública - da formulação de agenda à avaliação e reformulação das ações públicas. Complementando essa abordagem Carneiro (2006, p. 151) expõe que os conselhos possuem autoridade para interferir nas ações e metas governamentais e sistemas administrativos, como espaços de opinião se tornam um mecanismo de ação que introduzem na agenda governamental os temas e interesses públicos, buscando efetivar as questões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a educação para a democracia nos conselhos municipais de turismo. Ao analisar a educação para democracia e os conselhos nesse processo foi possível propor um projeto de capacitação dos conselheiros.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa para este artigo foi de caráter qualitativo exploratório (DIONNE; LAVILLE; 1999), com base em pesquisa documental e bibliográfico para levantamento de um banco de dados com experiências de capacitação de conselheiros bem como entrevista com realizada com três agentes públicos e uma pesquisadora do tema para identificar possíveis temas necessários para a capacitação dos conselheiros.

Partindo para os objetivos específicos, foi definida uma técnica de pesquisa para cada um destes conforme o quadro a seguir que é composto por três colunas, a primeira com os objetivos específicos desse projeto, a segunda e a terceira relacionando esses objetivos com tipos e técnicas de pesquisa:

QUADRO 1 - TIPOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

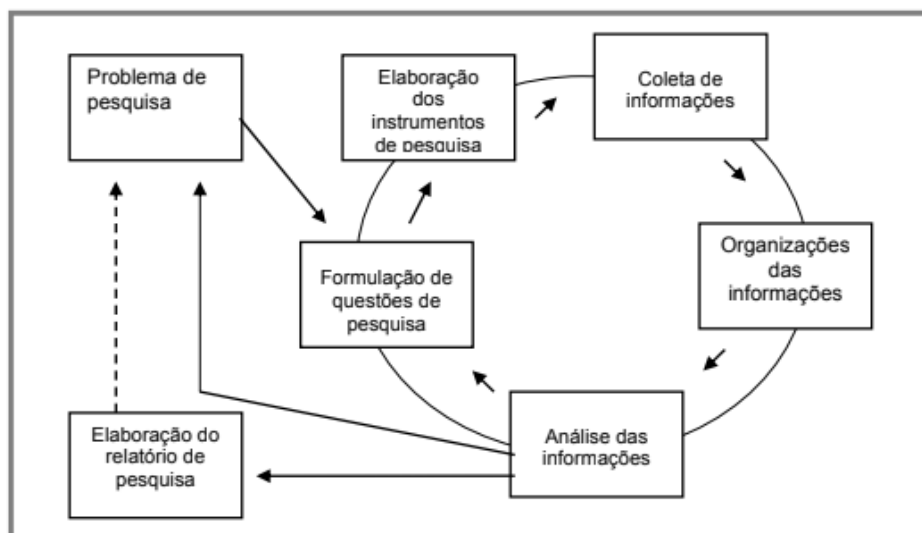
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TIPOS DE PESQUISA	TÉCNICAS DE PESQUISA
Analisar a participação nos conselhos municipais de turismo a partir do entendimento de gestores públicos e especialistas.	Pesquisa de caráter exploratório; Pesquisa qualitativa.	Pesquisa documental; Pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo.
Elaborar um panorama mundial acerca das experiências de educação para a democracia, incluindo as relacionadas ao turismo.	Pesquisa de caráter exploratório; Pesquisa qualitativa.	Pesquisa documental; Pesquisa bibliográfica; análise de conteúdo.
Propor um projeto de capacitação para os conselhos municipais de turismo.	Pesquisa de caráter exploratório; Pesquisa qualitativa.	Análise de conteúdo.

FONTE: A autora, 2022.

Os municípios a serem analisados foram escolhidos por fazerem parte da região metropolitana de Curitiba. Essa localização permite viabilizar a coleta de dados e no futuro realizar estudos comparados com Curitiba, cidade com características culturais semelhantes, porém de grande porte.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, que segundo Alencar se inicia com um problema e a partir deste, o pesquisador identifica os materiais teóricos que fundamentaram a mesma. Em seguida faz uso de alguns instrumentos de pesquisa como entrevistas, observações, história oral ou de vida, documentos, técnicas de análise de informações. Esta fase se encerra com análise, informação e redação de relatórios de pesquisa (ALENCAR, p. 48 2007). Abaixo uma figura sintetizando as etapas e destacando o processo circular de pesquisa em ciências sociais, ou seja, o pesquisador repete esse ciclo até que as respostas ao seu problema sejam suficientes.

FIGURA 1 - PROCESSO CIRCULAR DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.



FONTE: Alencar 2007, p. 49 adaptado de Spradley 1980, p. 29.

3.2 COLETA DE DADOS

Segundo Gil (2002, p. 100) a coleta de dados na pesquisa exploratória é realizada através da manipulação certas condições e observando os efeitos produzidos. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 165) essa é a fase de pesquisa, na qual os instrumentos cuidadosamente elaborados e técnicas selecionadas são aplicados com o objetivo de coletar os dados.

3.2.1 Construção do instrumento de coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada com auxílio de pesquisa documental que envolve, segundo Zanella (2013, p. 118) a investigação em documentos internos ou externos. A pesquisa documental é uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa. Os documentos internos, como estatuto, regulamento, relatórios e manuais, apresentam como vantagem a disponibilidade e o baixo custo de utilização.

Nesta pesquisa a análise documental foi das experiências de educação para a democracia e no turismo, utilizando as plataformas: Participedia e Latinno. Na plataforma Participedia¹ a coleta de dados foi realizada da seguinte forma: inserir a palavras-chave *citizenship education* em busca, o site apresentará os resultados, em seguida nos filtros seleciona em *purpose/goal: Develop the civic capacities of individuals, communities, and/or civil society organizations*. Em uma pesquisa preliminar, a plataforma apresentou 52 casos que nesse projeto denominamos de experiências.

Na plataforma Latinno² a coleta de dados foi realizada da seguinte forma: inserir a palavra-chave *democracia* em busca, em uma pesquisa preliminar a plataforma 27 casos. Para levantar dados sobre o turismo a coleta de dados foi realizada nas duas plataformas, Participedia e Latinno, em ambas inseriu-se a palavra-chave *turismo* em busca, a plataforma Participedia apresentou oito casos, esses resultados três casos não possuíam informações suficientes para o banco de dados então consideram-se cinco. A pesquisa na plataforma Latinno apresentou 30 resultados, desses resultados três casos não possuíam informações suficientes para o banco de dados então consideram-se 27.

¹ Participedia é uma plataforma de conhecimentos, informações para pesquisadores e pessoas interessadas em participação pública e inovações democráticas.

² Latinno é uma base de dados sobre formas de participação e inovações democráticas em curso na América Latina.

Já a segunda técnica para a coleta de dados foi a entrevista. Ela “é um encontro entre duas pessoas, com o objetivo de obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS; MARCONI, p. 195, 2003), realizada preferencialmente de maneira virtual.

Ao citar os objetivos relacionados à entrevista, (LAKATOS; MARCONI, p. 196, 2003), diz que os objetivos podem ser a averiguação dos fatos, determinar opiniões e sentimentos, além de descobrir planos de ação, a conduta dos indivíduos, e motivos relacionados ao estado atual. Lakatos e Marconi (2003) ressaltam que a entrevista abrange vários campos das ciências sociais.

A entrevista foi realizada com três agentes públicos, sendo dois deles a nível municipal e uma a nível estadual, além de entrevista com uma pesquisadora do tema, totalizando quatro entrevistas realizadas. A pesquisadora do tema, entrevistada, teve a finalidade de identificar e melhor compreender quais seriam os cursos necessários para a capacitação de conselheiros nas cidades – atingindo-se, assim, o objetivo geral deste estudo.

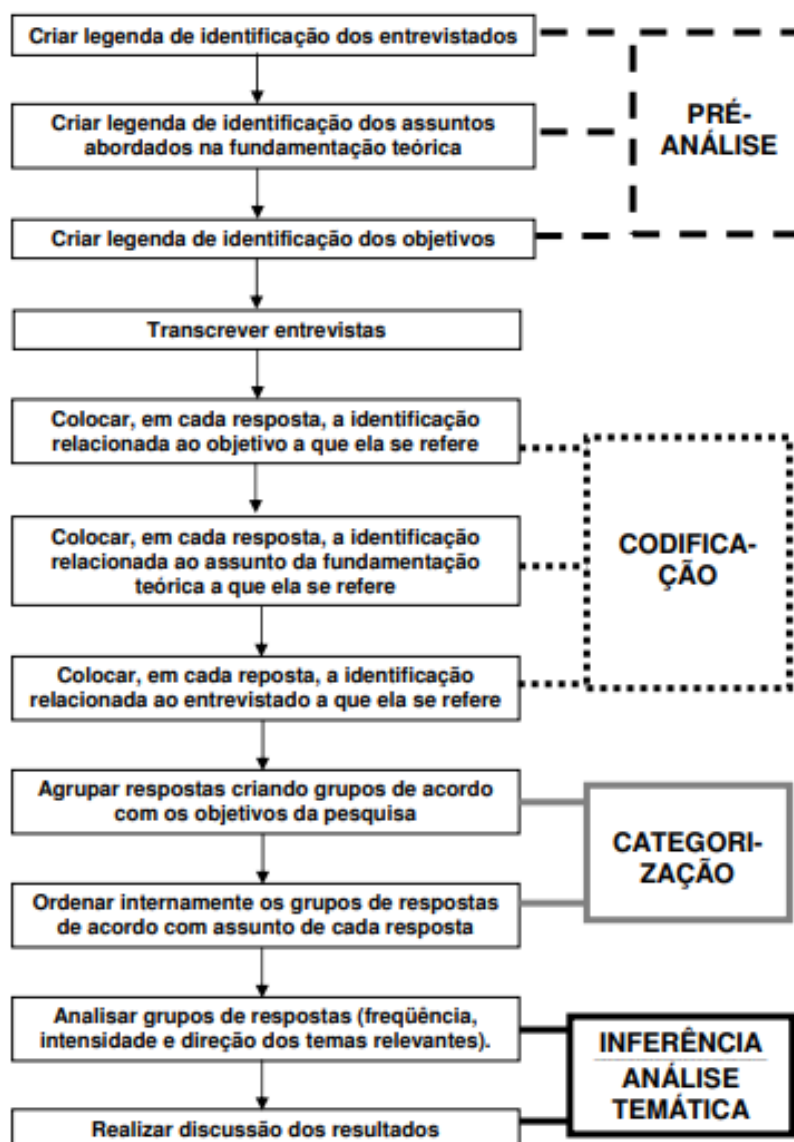
3.2.2 Tabulação e interpretação dos dados

A tabulação e interpretação dos dados foi caracterizada por uma análise de conteúdo, que para Gil (2002 p. 89) se desenvolve em três fases: a primeira seria denominada como pré análise, onde se escolhe os documentos e materiais a serem analisados bem como a formulação de hipóteses. A segunda seria a exploração desses materiais e a terceira etapa, seria de acolhimento, interpretação e conclusão desses dados.

Bardin (1977 apud Gomes, 2007 p. 50) apresenta que a análise de conteúdo é baseada na experiência e na observação, por essa razão ela não segue um modelo exato mas possui algumas normas que devem ser seguidas. O analista tenta entender o conteúdo de uma mensagem para deduzir informações sobre o remetente ou o ambiente, para isso acontecer ele segue uma sequência já citada acima: fases de pré-análise, codificação, categorização e a inferência.

Sendo assim, a figura abaixo exemplifica a sequência para se realizar a análise de conteúdo:

FIGURA 2 - ETAPAS DA ANÁLISE E COLETA DE DADOS



FONTE: Gomes 2007, p. 50.

Para este projeto, primeiramente na fase da pré análise foram definidas categorias selecionadas a partir do referencial teórico, essas categorias estão nas linhas de uma planilha como banco de dados e nas colunas estarão os nomes das experiências selecionadas nas plataformas: Participedia e Latinno.

A análise das entrevistas se deu a partir da transcrição das mesmas e a análise documental ocorreu a partir das experiências coletadas nas plataformas. No caso das experiências coletadas nas plataformas, elas também foram ranqueadas por meio de pontuação que caracteriza as que mais se destacam em relação à educação para a democracia, conforme referencial teórico.

A análise dos dados se pautou das categorias selecionadas a partir do referencial teórico expostas a seguir:

1. Participação popular;
2. Condições básicas;
3. Diversidade cultural;
4. Unificação;
5. Pensamento crítico;
6. Políticas Públicas;
7. Liberdade de expressão.

Essas categorias se relacionam com as experiências levantadas nas plataformas Participedia e Latinno, algumas destas estão inclusive listadas como palavras-chave como pode-se observar no capítulo a seguir.

4 RESULTADOS

Durante a fase de levantamento de dados nas duas plataformas, Participedia e Latinno, foram identificadas ao total 111 experiências relevantes para esta pesquisa, desse total foram coletadas 57 na plataforma Participedia e 54 na plataforma Latinno.

4.1 PARTICIPEDIA

Durante a fase da tabulação e levantamento de dados foram levantadas 52 experiências na plataforma Participedia, dentre estas identificou-se 49 palavras chaves utilizadas para resumir as experiências que podem ser observadas no quadro 3.

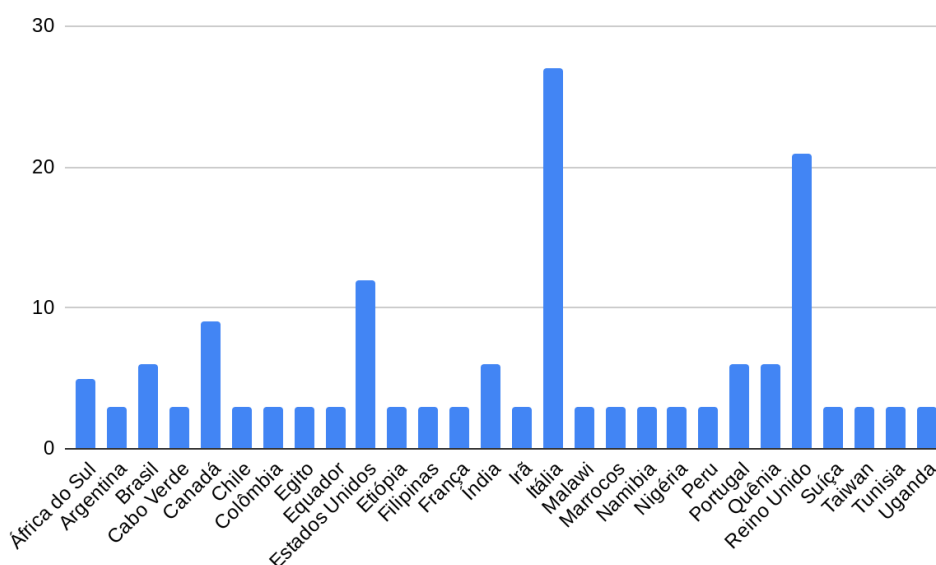
QUADRO 3 - QUADRO COM PALAVRAS-CHAVE NA PLATAFORMA PARTICIPEDIA.

PALAVRAS-CHAVES						
Acessibilidade	Comunidade	Desenvolvimento	erradicação da pobreza	Inovação	paisagem	Saúde
Aprendizagem	Conscientização	Diálogo	governança	Institucionalização	Participação	Sustentabilidade
articulação	Conselho	Direitos Humanos	Igualdade	Integração	Planejamento	tecnologia
Capacitação	cooperação	diversidade	Implementação	Interação	política	Tomada de decisão
Combate a corrupção	Cultura	Economia	Incentivação	Interações públicas	Políticas Públicas	Transparencia
compartilhamento de informações	Decisões	Educação	Inclusão	liberdade de expressão	preservação	Turismo
comunicação	Democracia	Engajamento	Infraestrutura	Orçamento participativo	Qualificação	Vigilância

FONTE: A autora, 2022.

O quadro 3 demonstra as palavras-chave que foram identificadas durante o levantamento de dados na plataforma. Essas palavras foram escolhidas de acordo com a descrição de cada experiência, levantou-se três palavras-chave que melhor resumiram a experiência. Totalizando 49 palavras-chave, estas foram citadas ao longo de 157 vezes, incluindo as que se repetem. A partir disso, o gráfico abaixo representa os países de acordo com o número de citações destas.

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS POR PAÍS (PARTICIPEDIA).



FONTE: A autora, 2022.

No gráfico 1 nota-se que a Itália possui o maior número de palavras-chaves citadas, representando 17,19% do total, sendo o país com o maior número de experiências, seguido do Reino Unido com 13,37%, Estados Unidos com 7,64% e Canadá com 5,73%. Os demais países levantados apresentaram 1,91% do total por possuírem o menor número de experiências e consequentemente o menor número de palavras-chaves citadas.

A figura 3 apresenta uma nuvem de palavras, evidenciando as que mais aparecem dentro das experiências levantadas nas plataformas.

FIGURA 3 - NUVEM DE PALAVRAS (PARTICIPEDIA).



FONTE: A autora, 2022.

Na nuvem de palavras acima pode-se observar que dentre as palavras em destaque, estão: cidadãos, desenvolvimento, projeto e comunidade. As palavras acima possuem sua própria relevância no meio, quando se trata da criação de experiências na sociedade como a plataforma Participedia propôs.

Na análise realizada na plataforma, pode-se encontrar diferentes experiências e exemplos em vários países do mundo, desde engajamento de jovens a orçamento participativo e projetos de inclusão social, tendo um foco em reuniões administrativas para tratar de assuntos como educação e saúde e mobilização das comunidades para um objetivo comum. A plataforma apresenta todos os métodos utilizados para realizar os projetos, além de todos os resultados de forma detalhada, possuindo reuniões, conselhos até mesmo trabalho voluntário para mobilizar a população.

Os projetos envolvendo democracia levam em consideração o apoio de todos contra a corrupção e a valorização da transparência na área política. Dessa forma, a plataforma contribui para uma gama bem ampla de problemas na sociedade, desde problemas básicos como, administração, educação, saúde e infraestrutura, até problemas mais complexos como corrupção, orçamento participativo, e principalmente inclusão de menos favorecidos. Assim, é possível dizer que tratam-se resumidamente de ações em grupo para melhorar a qualidade de vida.

4. 2 LATINNO

Após a análise da plataforma Participedia, também foi realizado um levantamento e tabulação dos dados na plataforma Latinno, onde foram identificadas mais 27 experiências, com 53 palavras chave que resumem os casos que podem ser observadas no quadro 4.

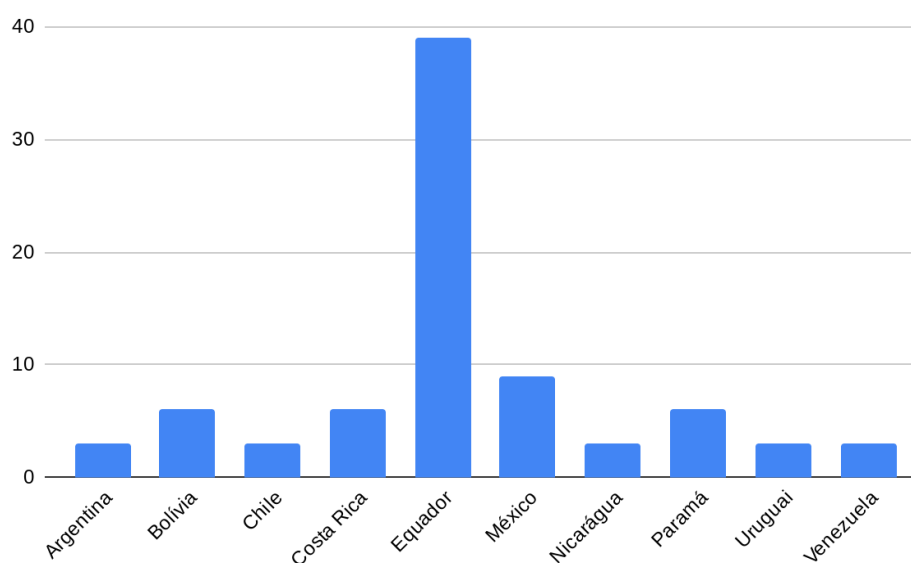
QUADRO 4 - QUADRO COM PALAVRAS-CHAVE NA PLATAFORMA LATINNO.

PALAVRAS-CHAVE							
Debate público	Democracia participativa	Desenvolvimento sustentável	Diálogo	Educação	Implementação	Inclusão social	Orçamento
Planos de ação	Qualidade de vida	Trabalho comunitário	Ações participativas	Atividades econômicas	Controle do orçamento	Cooperação	Democracia
Diálogo político	Direitos	Discussões	Divulgação	Estado de direito	Estratégias	Gestão de riscos	Governo
Identidade cultural	Igualdade	Igualdade social	Implementação	Inclusão	Inclusão política	Inclusão social	Infraestrutura
Iniciativa	Integração	Mobilização social	Monitoramento	Orçamento Participativo	Organização internacional	Organização privada	Participação popular
Planejamento	Políticas	Políticas públicas	População	Prestação de contas	Problemas sociais	Qualidade de vida	Representação cidadã
Responsabilidade	Reuniões	Sociedade civil	Tomada de decisão	Transparência			

FONTE: A autora, 2022.

O quadro acima apresenta as palavras chaves identificadas nas experiências da plataforma Latinno. Essas palavras foram escolhidas de acordo com a descrição de cada experiência, para cada uma levantou-se três palavras-chave que melhor resumiram a experiência.

Totalizando 53 palavras-chave, estas foram citadas ao longo de 81 vezes, incluindo as que se repetem. A partir disso, o gráfico abaixo representa os países de acordo com o número de citações destas.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS POR PAÍS (LATINNO).

FONTE: A autora. 2022.

No gráfico 2 notou-se que o Equador possui o maior número de palavras chaves citadas, representando 48,14% do total, sendo o país com o maior número de experiências, seguido do México com 11,11%, Bolívia, Panamá e Costa Rica com 7,40%, os demais países levantados apresentaram 3,70% do total por possuírem o menor número de experiências e conseqüentemente o menor número de palavras chaves citadas. O Brasil não apresentava experiências voltadas às palavras-chave buscadas, por tal motivo não aparece no gráfico acima.

A figura 4 apresenta uma nuvem de palavras, evidenciando as que mais aparecem dentro das experiências levantadas nas plataformas.

FIGURA 4 - NUVEM DE PALAVRAS (LATINNO).



FONTE: A autora, 2022.

Na nuvem de palavras acima pode-se notar que as palavras em destaque são, desenvolvimento, democracia e organizações, ou seja, elas possuem uma base democrática com o intuito de melhorar a sociedade e promover a inclusão. As outras palavras destacam os projetos na plataforma Latinno que tratam de conselhos administrativos com o objetivo de melhorar a vida em sociedade e definem desenvolvimento da democracia por meio de conselhos com a participação de cidadãos e projetos de inclusão social. Por meio de diálogos e reuniões são

instauradas experiências para melhorar as comunidades através de processos de gestão com iniciativa popular.

Com o levantamento de dados da plataforma Latinno, é possível avaliar como são desenvolvidos os processos sociais e democráticos e os meios que são utilizados para executar ambos. Por se tratar de países da América Latina que tem por sua maioria uma população de baixa renda, grande parte das experiências são projetos de inclusão social e conselhos que visam ajudar os mais necessitados, como crianças e idosos, por exemplo. Os conselhos constituem um importante instrumento da democracia, pois são eles que propõem políticas públicas e fiscalização, além de garantir a participação popular, assim como afirma Carneiro (2006, p. 151) os conselhos possuem autoridade para interferir nas ações e metas governamentais e sistemas administrativos, como espaços de opinião se tornam um mecanismo de ação que introduzem na agenda governamental os temas e interesses públicos, buscando efetivar as questões.

4.3 TURISMO

No que se refere ao turismo, foram levantadas 5 experiências na plataforma Participedia e 27 experiências na plataforma Latinno, dentre estas identificou-se 33 palavras chaves utilizadas para resumir as experiências que podem ser observadas no quadro 5.

QUADRO 5 - PALAVRAS-CHAVE TURISMO.

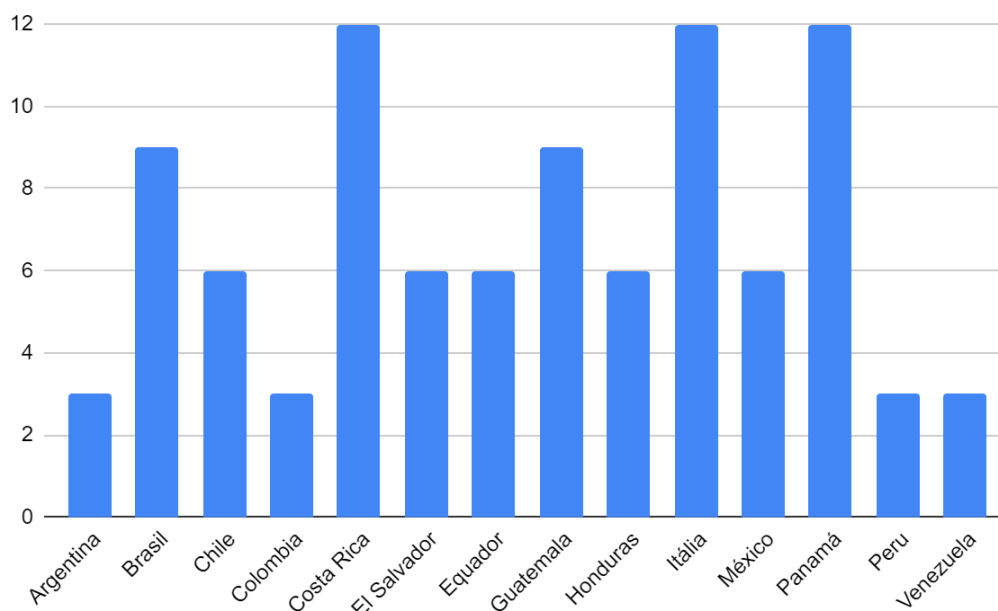
PALAVRAS-CHAVE						
Agricultura	cultura	ecoturismo	identidade	patrimonio	regulamentação	turismo patrimonial
capacitação	descentralização	envolvimento	inclusão	planejamento	representação	turismo rural
Conselho	desenvolvimento	fórum	inovação	políticas públicas	tecnologia	turismo sustentável
conservação	ecologia	gestão	meio ambiente	recuperação	turismo cultural	
COVID-19	economia	Hackathon	participação	Recursos Naturais	turismo inteligente	

Fonte: A autora, 2022.

O quadro acima apresenta as palavras chaves identificadas nas experiências da plataforma Participedia e Latinno. Essas palavras foram escolhidas de acordo com a descrição de cada experiência, para cada uma levantou-se 3 palavras-chave que melhor resumiram a experiência. Totalizando 33 palavras-chave, estas foram

citadas ao longo de 96 vezes, incluindo as que se repetem. A partir disso, o gráfico abaixo representa os países de acordo com o número de citações destas.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS POR PAÍS



Fonte: A autora, 2022.

No gráfico 3 notou-se que Costa Rica, Itália e Panamá possuem o maior número de palavras chaves citadas, cada país representando 12,50% do total, seguidos do Brasil e Guatemala com 9,37% cada, Chile, El Salvador, Equador, Honduras e México com 6,25%, os demais países levantados apresentaram 3,12% do total por possuírem o menor número de experiências e conseqüentemente o menor número de palavras chaves citadas.

A figura 5 apresenta uma nuvem de palavras, evidenciando as que mais aparecem dentro das experiências levantadas nas plataformas.

FIGURA 5 - NUVEM DE PALAVRAS TURISMO.



Fonte: A autora, 2022.

Na nuvem de palavras acima pode-se notar que as palavras em destaque são, turismo, desenvolvimento, participação e representantes, ou seja, elas possuem o intuito de melhorar a atividade turística e promover o desenvolvimento sustentável.

Pode-se observar que há também em destaque palavras que remetem ao planejamento, como políticas, plano, projeto, programas entre outros. A partir das experiências nota-se que há um interesse em desenvolver o turismo, alguns segmentos foram identificados nas palavras-chave como ecoturismo, turismo cultural, patrimonial e rural, turismo sustentável e inteligente demonstrando assim uma preocupação para que a atividade ocorra de forma planejada e de uma forma mais inclusiva.

4.4 ENTREVISTAS

Quando questionados sobre quais seriam as maiores dificuldades os conselheiros encontram ao tomarem posse no conselho, foram identificadas: o entendimento sobre o que é um conselho, qual é o trabalho de um conselho, as responsabilidades que ele tem e o papel do conselheiro e por último a questão da participação (Entrevistado(a) A). E segundo o(a) entrevistado(a) o próprio conselho pode fornecer para o conselheiro essas informações.

O(A) Entrevistado(a) B também destacou a desinformação dos conselheiros para com os objetivos do conselho, ou seja, mesmo estando participando do conselho os próprios conselheiros não tem informação do mesmo, como por

exemplo o que é o conselho e qual a função deles. Outra dificuldade que pode ser citada é a falta de participação de pessoas para integrar o conselho. O(A) Entrevistado(a) B ressaltou que existem ainda dificuldades relacionadas à troca de gestão e a desinformação daquele que assume a pasta do turismo a respeito do que está acontecendo no município.

O(A) Entrevistado(a) C entende que a principal dificuldade consiste em os novos conselheiros compreenderem o que é o conselho, o que faz e como funciona, além do papel do conselheiro, e o que aquele conselho efetivamente tem de poder perante a política pública. Também são necessários esclarecimentos sobre como as atribuições dos conselhos, como consultivo ou deliberativo, se tem poder de decisão, e se o conselho tem poder sobre algum tipo de fundo de turismo e que o fundo seja vinculado a decisão do próprio conselho. Então, o(a) Entrevistado(a) C entende que a princípio quando a pessoa é indicada para o conselho, deve-se deixar claro qual a função dela e qual o poder do conselho perante a decisão da política pública municipal. Da mesma forma, o(a) Entrevistado(a) D acredita que a maior dificuldade é que os conselheiros não estão preparados para exercer determinadas funções.

Quando questionados sobre como é o debate de ideias no conselho, primeiramente o Entrevistado(a) A expôs que o conselho é um ambiente político e que cumpre sua função de debater ideias e ouvir a todos. Segundo ele(a), como alguns conselheiros se conhecem isso acaba facilitando o diálogo, o que pode gerar benefícios para o município. Todavia, para o(a) entrevistado(a) os assuntos mais delicados são tratados por meio de contatos pessoais.

O(A) Entrevistado(a) B explicou que o debate pode variar de conselho para conselho. Para ele(a) em cidades grandes como Curitiba existe pouco debate pois são sempre os mesmos conselheiros e as mesmas ideias. O que acaba de certa forma desencorajando algumas pessoas apresentarem suas ideias.

Já o(a) Entrevistado(a) C relata que no município que ele(a) atua o presidente do Conselho é sempre o secretário de comércio e turismo, dessa forma, a pauta sempre parte da secretaria que leva a discussão para conselho. Assim o conselho e a secretaria de turismo trabalham de maneira conjunta, uma vez que tanto a presidência quanto a secretaria são representantes da indústria, comércio e turismo. Nas reuniões a pauta é solicitada pelos conselheiros para inserir

determinado tema, caso contrário a pauta sempre vai ser definida pela própria secretaria.

O(A) Entrevistado(a) D acrescenta que todos podem participar, o conselho dentro do regimento é soberano, inclusive na gestão do fundo municipal de turismo. Isso é uma lei municipal. A discussão é livre e os representantes têm as cadeiras justamente para isso.

A respeito dos grupos da sociedade que deveriam, mas não estão representados no conselho, como a associação dos trabalhadores do turismo ou de moradores, o Entrevistado(a) A disse que existem sim sindicatos presentes no conselho, como, por exemplo, o sindicato dos guias, que é muito presente nos conselhos de turismo. Segundo ele(a), alguns grupos como os trabalhadores precisam ter maior participação nos conselhos, além disso seria fundamental a participação da associação de moradores assim como ouvir os próprios moradores sobre os atrativos turísticos que existem no seu município. Ele(a) acrescenta que outra forma de trazer a participação de cidadão comum é através das conferências municipais de turismo.

O(A) Entrevistado(a) B explicou que no atual momento não há vagas destinadas para os trabalhadores em questão. Existem muitos representantes do poder público tanto legislativo como executivo, secretarias, empresários, e principalmente algumas associações que estão em praticamente todos os conselhos. Porém, trabalhadores do turismo ou moradores comuns não existem ou são poucos.

O(A) Entrevistado(a) C explica que o município no qual atua tem uma característica que é 50% público e 50% privado e sociedade civil organizada. Ele(a) frisa que este não é o modelo ideal que o ministério recomenda, o ministério recomenda que seja distribuído em 33% para cada setor. O conselho tem várias secretarias representadas com cadeiras que representam o interesse turístico e as reuniões são abertas caso alguém se sinta interessado a participar, porém não possuem poder de voto.

O(A) Entrevistado(a) D afirma que no ano de 2021 foi realizada uma revisão do regimento interno do conselho, diversificando os segmentos, incluindo, por exemplo, representantes de turismo religioso. Para ele(a) a pandemia alterou a visão de turismo tanto interno como externo, nesse sentido é necessário adaptar o conselho para eventuais mudanças.

A respeito dos temas debatidos nos conselhos que geram maior número de dúvidas entre os conselhos o(a) Entrevistado(a) A entende que seja a questão orçamentária bem como temas técnicos, como legislação.

Já o(a) Entrevistado(a) C explica que toda reunião tem que levar algum tipo de capacitação para os conselheiros, a intenção é sempre levar alguém para apresentar alguma ideia que informe e capacite os conselheiros. Os assuntos que geram bastante discussão nas reuniões são relacionados a infraestrutura, como pavimentação em algumas vias rurais, renovação do plano de turismo, o uso de recursos e questões de obras. O(A) Entrevistado(a) D revela que a pauta é construída em conjunto de maneira geral e que pretendem fazer mudanças no conselho, para manter todos informados sobre a atuação do conselho municipal de turismo.

Em relação aos temas sobre os quais os representantes menos se manifestam durante a reunião e as causas deste baixo uso da voz, o Entrevistado(a) A diz que quando se trata de um assunto previamente resolvido acredita eles não se manifestem tanto e que talvez exista uma maior mobilização em debates e cobranças que ainda não foram definidas. Já para o Entrevistado(a) B entende que moradores e até mesmo profissionais do turismo são os que menos se manifestam.

O(A) Entrevistado(a) C pondera que quando são levantadas questões técnicas, não há muito questionamento pois os conselheiros acreditam bastante no trabalho da secretaria, dessa forma acabam não questionando muito.

O(A) Entrevistado(a) D distingue os conselheiros em dois grupos: os representantes da parte pública e aqueles da área de empreendedorismo, que tendem a colocar as necessidades do empreendedor para o turismo.

Em relação a publicação das atas do conselho no site oficial da prefeitura o(a) Entrevistado(a) A afirma que existe uma grande dificuldade com essa transparência externa com os conselhos de turismo, isso é decorrente também do próprio funcionamento do conselho. Muitas vezes as cidades menores não têm uma familiaridade com a secretaria executiva que muitas vezes fica responsável pelos documentos pelo registro de atas enfim. Ele(a) acredita que existe uma grande dificuldade em geral nos conselhos com relação à transparência. Curitiba possui um conselho que tem as atas disponibilizadas, porém é uma capital, ela é muito mais visada e tem muito mais atenção.

O(A) Entrevistado(a) B relata que que elas deveriam estar no site, porém não são todas as atas que vão para o site. Além de existir dificuldade para os servidores encontrarem as atas de turismo, elas estão desorganizadas e muitas delas estão redigidas a mão não existe sequer um formato digital.

O(A) Entrevistado(a) C explica que as atas ficam disponíveis no portal dos conselhos do município e por meio de uma pesquisa rápida já é possível encontrar o portal que é frequentemente atualizado. O conselho foi criado na década de 1990 e teve uma alteração em meados da segunda década dos anos 2000 e desde então todas as atas são disponibilizadas.

O(A) Entrevistado(a) D expõe que as atas ficam disponíveis na secretaria e são enviadas para o órgão de turismo. Ele(a) entende ainda que o setor do turismo é uma atividade complexa e por tal motivo torna-se difícil para os cidadãos comuns entender exatamente o que é tratado na reunião do conselho.

Sobre a interação entre os conselheiros, se articulando e construindo pautas coletivas, o(a) entrevistado(a) A acredita que eles conseguem articular decisões conjuntas, inclusive antes da reunião do conselho para facilitar a discussão da pauta e das ideias em questão. Para o(a) Entrevistado(a) B existe a articulação principalmente do setor privado. O(A) Entrevistado(a) C diz que na gestão atual não houve pautas criadas coletivamente pelo conselho. Devido a pandemia ocorreram menos reuniões, ocasionado poucas oportunidades para formular pautas coletivas. E para o(a) Entrevistado(a) D essa interação não ocorre, pois o Conselho está sendo reestruturado.

A respeito da liberdade de expressão dentro do conselho o(a) Entrevistado(a) A diz que normalmente nos conselhos de turismo a palavra é dada aos membros, existe a possibilidade da participação da comunidade, porém como observadora.

O(A) Entrevistado(a) B acredita que a liberdade de expressão é limitada, pois somente pessoas que têm bastante influência têm a devida atenção em suas ideias. Como o conselho sempre traz as mesmas pessoas, aquelas que são mais novas e podem ter boas ideias se sentem desencorajados a expor suas ideias e mesmo que as ideias sejam ouvidas não são levadas para frente.

O(A) Entrevistado(a) C relata que ao abrir a pauta qualquer conselheiro tem liberdade para declarar qualquer opinião, e baseado no poder público a questão pode ser definida na hora ou anotada para futuramente articular possíveis soluções, ou seja, o conselho é aberto e não há restrições. Da mesma forma, o(a)

Entrevistado(a) D considera o conselho extremamente democrático, todos podem dar a sua opinião, porém existem certas regras que devem ser seguidas, como, por exemplo, discutir o assunto em pauta para não fugir do tema em questão.

Finalmente, sobre principais questões que precisam melhorar no funcionamento do conselho, o(a) Entrevistado(a) A destaca a sensibilização dos conselheiros para a participação. Já o(a) Entrevistado(a) B entende que o básico para melhorar é a educação para democracia. Para ele(a) a maioria das pessoas não entende a importância de que para ter um conselho tem que melhorar a efetividade; não adianta haver em conselhos que não levam a lugar nenhum e nem debatem ideias.

O(A) Entrevistado(a) C acredita é necessário ampliar a proatividade dos conselheiros, a participação dos mesmos nas pautas debatidas. E o Entrevistado(a) D reforça a importância da capacitação dos conselheiros, para que o conselheiro reconheça a sua função e tenha maturidade para lidar com os temas e pautas propostas.

Assim, os(as) entrevistados(as) foram indagados sobre quais conteúdos deveriam ser abordados numa eventual oferta de um curso para os conselheiros. O(A) Entrevistado(a) A entende que o curso deve contemplar as noções sobre o que é democracia, apresentar o conceito de conselhos e de onde eles surgem, realizar uma sensibilização para participação e levar casos de sucesso e insucessos de outros conselhos no Brasil.

Para o(a) Entrevistado(a) B é necessário abordar a importância dos conselhos, o papel do conselheiro, quem pode fazer parte e quais as legislações pertinentes. O(A) Entrevistado(a) C diz que seria interesse um curso de capacitação sobre a legislação municipal, questões de relevância para o conselho e para o turismo local, bem como o que pode ser feito pelo conselho bem como a promoção da proatividade dos conselheiros e os fundamentos do turismo. Já o(a) Entrevistado(a) D diz que o principal é conselheiro conhecer o próprio município, além de oferecer questões para tornar os conselheiros mais participativos.

De acordo com os casos analisados nas plataformas Participedia e Latinno as experiências voltadas ao tema Educação para Democracia, os países com maior número de palavras-chaves levantadas foram Itália na plataforma Participedia e Equador na plataforma Latinno. Nas entrevistas pode-se observar que todos os entrevistados concordavam com os problemas questionados nos conselhos, também

sobre quais as dificuldades encontradas pelos novos membros que seriam principalmente o conhecimento técnico sobre o que fazer dentro do conselho, dificuldade para a participação nas reuniões. Todos os conteúdos levantados nas plataformas sustentam a proposição do projeto a ser apresentado no capítulo a seguir.

5 PROJETO DE TURISMO

Diante da realidade encontrada na pesquisa de caráter exploratória realizada com o auxílio de coleta de dados e entrevistas, se confirmou entre os entrevistados a importância de um projeto de capacitação com o objetivo de melhorar o funcionamento dos conselhos municipais de turismo. Por tanto se propõe um projeto de educação para a democracia para os conselheiros.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto trata-se de um curso voltado para a capacitação dos conselheiros de turismo dos municípios que demonstrem interesse e para as IGR's. Espera-se que a partir dessa formação os conselheiros tenham uma maior compreensão do seu papel, do funcionamento do conselho, além de desenvolverem conhecimento para uma participação que contribua para as políticas públicas locais. Os módulos serão realizados de forma síncrona por meio da plataforma Google Meet.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Para a execução do projeto é necessário primeiramente realizar a apresentação do mesmo para os municípios interessados. Também é necessária uma divulgação nas Instâncias de Governança Regionais. Nesta etapa podem ser envolvidos parceiros como a Paraná Turismo e o Sebrae.

A partir desse contato deve ser agendada uma reunião para definir o período do curso e o número de participantes e conteúdos específicos, além dos principais já estabelecidos no projeto.

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.

A capacitação ocorrerá através de cinco módulos, em cada módulo será apresentado um conceito acerca do tema bem como exemplos de sucesso e análises internas específicas para os conselhos inseridos. Os módulos a serem tratados estão identificados no quadro 2.

Quadro 2 - Módulos a serem desenvolvidos

Módulo 1	Conceitos sobre Educação para Democracia
Módulo 2	Políticas Públicas de Turismo
Módulo 3	Conselhos Municipais de Turismo
Módulo 4	Casos de sucesso
Módulo 5	Diagnóstico do Conselho de Turismo

Fonte: A autora (2022).

Os módulos serão trabalhados a partir de duas apresentações elaboradas pela autora, com base em conceitos teóricos e diretrizes do Ministério do Turismo. As apresentações serão utilizadas como material de apoio nos cursos e abordarão os seguintes temas:

Módulo 1: Conceitos sobre Educação para a Democracia

Conteúdo do módulo: conceitualização e reflexões - o que é educação para democracia. Objetivo: verificar o conhecimento e esclarecer aos conselheiros dúvidas acerca desses conceitos.

Módulo 2: Políticas Públicas de Turismo

Conteúdo do módulo: Ressaltar os efeitos do turismo, qual a importância da interação entre os órgãos públicos, a necessidade da participação da sociedade. Histórico das políticas públicas de turismo.

Módulo 3: Conselhos Municipais de Turismo

Conteúdo do módulo: Conceitos - o que é conselho, como é a sua composição, como criar um conselho e como elaborar um regimento interno, o que é um Fundo de Turismo. Aspectos para o funcionamento do conselho (apoio do órgão público com servidor para secretaria, criação de um site, divulgação das atas, definição de calendário de reuniões)

Módulo 4: Casos de sucesso

Conteúdo do módulo: reflexões acerca dos conselhos, como é a sua composição, e o que é discutido. Objetivo: mostrar exemplos de sucesso ao redor do

mundo.

Módulo 5: Diagnóstico do Conselho de Turismo

Análise SWOT do conselho ao qual está inserido para identificar as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças e através destes pontos propor melhorias dentro do conselho.

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos e Orçamento envolvidos em cada etapa

Em termos de recursos humanos será necessário um turismólogo que atuará prospectando clientes, preparando o curso e ministrando.

Sobre o orçamento, primeiramente tem-se primeiramente os custos fixos que envolvem recursos humanos, equipamentos e serviços. O custo fixo com recursos humanos será calculado em função das horas de trabalho do turismólogo prospectando clientes.

O valor da hora de trabalho turismólogo é de R\$ 49,19 com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Dessa forma, o valor referente à mão de obra na prospecção de clientes será de R\$ 491,90.

Em relação aos custos fixos será necessária a aquisição de um notebook, a obtenção licença do Google para usar a plataforma da empresa sem restrições de tempo e armazenamento, assim como a contratação de um plano de internet banda larga.

Para tanto foi cotado um notebook intermediário, que atende as atividades de escritório e vídeo chamada, o qual tem o valor de 2.399,99 na Lenovo que será pago em 12 prestações mensais. Já em relação às despesas com a plataforma Google, esta tem o valor mensal de 48,60 de acordo com a Google. Também será necessária a contratação de um plano de internet banda larga. Esse serviço terá um custo mensal de 100,00.

Assim, o custo fixo mensal do projeto será de R\$ 348,59

Os custos variáveis ocorrerão nos meses em que forem ofertados os cursos. Nesse momento os custos envolverão as horas de trabalho do turismólogo nas atividades de reuniões prévias com a contratante, preparação do material e

realização do curso. Assim, o turismólogo trabalhará 35 horas, distribuídas da seguinte maneira:

- 10 horas aulas ministradas;
- 20 horas para preparação das aulas;
- 5 horas para reuniões com a prefeitura.

Considerando a oferta de seus cursos ao ano, o projeto terá um custo mensal variável de R\$ 492,07.

Diante do exposto, o custo total anual do projeto será de R\$ 5.904,73. Esse valor é composto por R\$ 4.183,08 referente ao custo fixo anual e R\$ 1.721,65 que diz respeito ao custo variável anual.

5.2.3 Avaliação do retorno do investimento

Considerando que o projeto terá um custo mensal de R\$ 492,07, e aproximadamente 6 cursos ofertados por ano, levaria aproximadamente 24 meses para obter o retorno do investimento. No período de 2 anos seriam ofertados cerca de 12 cursos, o necessário para obter o valor investido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto teve como objetivo analisar a educação para a democracia nos conselhos municipais de turismo. Para isso o referencial teórico se baseou em dois temas principais, Educação para Democracia e Conselhos Municipais de Turismo.

A metodologia definida para este projeto foi pesquisa de caráter qualitativo exploratório, com base em pesquisa documental e bibliográfico para levantamento de um banco de dados com experiências de capacitação de conselheiros bem como entrevista com três agentes públicos, dois a nível municipal e um a nível estadual, além de uma pesquisadora do tema, para identificar possíveis temas necessários para a capacitação dos conselheiros.

Com a análise dos resultados pode-se ter um panorama mundial, com base nas plataformas trabalhadas, sobre a participação. Notou-se que na Europa o país com o maior número de experiências foi a Itália, na América Latina foi o Equador.

Quando o tema abordado nas plataformas foi o turismo obteve-se o seguinte panorama: Itália ficou novamente em destaque entre os países com maior número de experiências levantadas nas duas plataformas, juntamente com Panamá e Costa Rica. O Brasil por sua vez ficou entre os cinco países que mais possuem palavras-chave citadas e conseqüentemente mais experiências levantadas em relação ao turismo.

Durante a análise de resultados das entrevistas notou-se que todos os entrevistados identificaram como um problema a falta de conhecimento acerca dos conceitos de conselho - o que fazer dentro do conselho, dificuldade para a participação nas reuniões - e democracia, bem como a falta de entendimento do seu funcionamento e deveres.

O tema abordado é de grande valia para a sociedade, pois através da educação para a democracia pode-se diminuir as desigualdades além de, neste caso específico, melhorar a gestão dos conselhos, dando voz às minorias e realizando um debate de ideias abertas para a resolução de problemas.

Com esse estudo foi possível compreender que a educação para democracia tem uma importância substancial para melhorar os conselhos. Para alcançar seus objetivos de maneira eficiente diminuindo tempo e economizando recursos para realizar as atividades. Com a disponibilização de cursos e a administração de um

planejamento adequado é possível unificar e ajudar no desenvolvimento dos municípios em questão.

A principal limitação deste projeto foi a realização das entrevistas, esperava-se um número maior de entrevistas e conseqüentemente um maior número de municípios envolvidos, porém havia conflitos nas agendas dos solicitados.

Todavia, o projeto contribuiu para colocar em evidências as possibilidades que novos estudos expandirem a investigação realizada, visto que no turismo há poucas análises voltadas para essa temática.

Ainda, o projeto traz uma contribuição para os municípios preocupados em aperfeiçoar o funcionamento de seus conselhos municipais de turismo. Ao abordar questões relativas à educação para democracia nos conselhos de turismo, possibilita um maior esclarecimento dos conselheiros, que refletirá nas contribuições do conselho para as políticas públicas de turismo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. L. et al. **Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jan./abr. 2013, p. 112-146. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/artigo%20sociologias.pdf>>. Acesso em 04 junho 2021.
- ALMEIDA, C.; CARLOS, E.; SILVA, R. **Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil**. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 250–285, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8647278>>. Acesso em: 1 junho 2021.
- ARAÚJO, C. M. **A participação societal na concepção das políticas públicas de Turismo no Brasil: o caso do Conselho Municipal de Turismo de São Paulo no período de 1991 até 2006**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – São Paulo. Tese de Doutorado, p 49 - 95. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2490>>. Acesso em: 01 junho 2021.
- BASSANI, C. P. ; GOMES, B.M.A.; PESSALI, H. F. . **Conselhos Municipais de Turismo e Bens Democráticos: análise comparativa Curitiba-PR e Belo Horizonte-MG (Brasil)**. ROSA DOS VENTOS, v. 12, p. 154-168, 2020.
- BENEVIDES, M. V. de M. **Cidadania e Democracia**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1994, n. 33, pp. 5-16. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/LTSGRTDqFD4X74DxLsw9Krz/?lang=pt#>>. Acesso em: 04 outubro de 2021.
- BENEVIDES, M. V. de M. **Educação para a democracia**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1996, n. 38, pp. 223-237. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/?lang=pt#>>. Acesso em: 06 outubro de 2021.
- BOITEUX, B.; WERNER, M. **Introdução ao estudo do turismo**. Editora, Elsevier, 2009.
- CARNEIRO, Carla B. **Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização**. In: Políticas públicas, coletânea, vol. 2. Org.: FERRAREZI, Elisabete; SARAIVA, Enrique. Brasília: Enap, 2006. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfsconselhos/carneiro%20c%20b%20l%20conselhos%20de%20politicas%20pblicas%20desfios%20para%20sua%20institucionalizacao.pdf>>. Acesso em: 07 junho 2021.
- CASTRO, L. L. C. **O Projeto Expedições pra o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão –Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo**. São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão.

CORDEIRO, C. **Capacitação para cooperação: condição à governança democrática**. Revista do PPG em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará – UECE 2007 n. 10. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=143>>. Acesso em: 05 outubro 2021.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

FERNANDES, I. P. **Planejamento e organização do turismo, uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade social**. Editora, Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 20 junho 2021.

GOMES, B.M.A. **Políticas Públicas de Turismo e os Empresários**. 1. ed. São Paulo: All Print, 2018.

GOMES, B. M. A. **Política de regionalização do turismo em Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos custos de transação**. 2006. 108 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em: 24 novembro 2021.

LIMA, L. C. **Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?**. Educação, Sociedade & Culturas, nº 23, 2005, pp. 71-90. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33974/1/Cidadania%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 outubro 2021.

MANHAS, C. S. **Educação Não-Formal e Políticas Públicas para o fortalecimento da democracia: o processo de capacitação das agentes comunitárias de saúde e das agentes de proteção social, da Prefeitura de São Paulo, em educação ambiental associada à saúde; ; 2008; Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Disponível em: <<https://tedeantiga.pucsp.br/bitstream/handle/10102/1/Cleomar%20Souza%20Manhas.pdf>>. Acesso em: 03 outubro 2021.

MARQUES, L. R. **Democracia Radical e Democracia Participativa: Contribuições Teóricas à Análise da Democracia na Educação**. Educação & Sociedade, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/H64DxzKzMpWtpTwnKSQPLrB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 outubro 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Módulo Operacional 3: Institucionalização de Instância de Governança Regional. **Anexo 2: Modelo de estatuto de conselho**. Cadernos de

Turismo - Programa de Regionalização do Turismo. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_anexos/Modelo_de_Estatuto_de_Conselho.doc>. Acesso em: 08 junho 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Módulo Operacional 3: Institucionalização de Instância de Governança Regional. **Anexo 3: Modelo de regimento interno de conselho**. Cadernos de Turismo - Programa de Regionalização do Turismo. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_anexos/Modelo_de_Regimento_Interno_de_Conselho.doc>. Acesso em: 08 junho 2021.

MORAES, A. G. de. **Conselhos municipais de Turismo: participação e efetividade**. 2016. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19155>>. Acesso em: 20 maio 2021.

MOGILKA, M. **Educar para a democracia**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2003, n. 119, pp. 129-146. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZXzTnjLDZfz8KwhKgXxyZzp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 02 outubro 2021.

PESSALI, HUÁSCAR FIALHO (Org.) ; GOMES, B.M.A. (Org.) . **Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba**. 1. ed. Curitiba: PUCPRESS, 2020.

ROSCOCHE, L. F. **A Estrutura Organizacional de um Conselho Municipal de Turismo**. In: I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2003, Caxias do Sul -RS. I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2003. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/58-a-estrutura-organizacional.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2º Edição. Editora Cengage Learning, 2013.

SOARES, E. B. S.; EMMENDOERFER, M. L.; MONTEIRO, L. P.; BORGES, A. R.. Icms Turístico e Conselhos Municipais de Turismo: um estímulo à participação social em prol do desenvolvimento turístico em destinos indutores de minas gerais?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.L.], v. 17, n. 61, p. 303-321, 29 dez. 2012. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4781>>. Acesso em: 22 maio 2021.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F.. **Controle E Participação Social No Programa Esporte E Lazer Da Cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições**. Movimento (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, p. e26055, jul. 2020. ISSN

1982-8918. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/100711>>. Acesso em: 24 maio 2021.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso 29 setembro 2021.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Quais as maiores dificuldades os conselheiros encontram ao tomarem posse conselho?
2. Como é o debate de ideias no conselho?
3. Quais grupos da sociedade deveriam, mas não estão representados no conselho? Há vaga destinada para associação dos trabalhadores do turismo ou de moradores?
4. Quais os temas debatidos nos conselhos que geram maior número de dúvidas entre os conselhos?
5. Quais as categorias em que seus representantes menos se manifestam durante a reunião? Em sua opinião, porque esses representantes usam pouco a voz?
6. As atas do conselho estão publicadas em um site oficial da prefeitura? Caso sim, desde quando? caso não, por qual motivo?
7. Os conselheiros se articulam e constroem pautas coletivas? Caso sim, é possível citar uma ação que em eles se uniram em prol de uma causa? Caso não, por quais motivos essa baixa união ocorre?
8. Como é a liberdade de expressão dentro do conselho?
9. O que precisa melhorar no funcionamento do conselho?
10. Se fosse ofertado um curso para os conselheiros, quais os conteúdos deveriam ser abordados?

APÊNDICE 2 - APRESENTAÇÃO MÓDULO 1

Educação para Democracia

Bruna Fernanda de Carvalho Lopes

Introdução

- Para Benevides (1994) a educação para a democracia exige conhecimentos básicos da vida social e política e uma correspondente formação ética. Deixando claro que EPD não se trata de democratização do ensino, nem com educação democrática, sendo essa um meio necessário, mas não suficiente para se obter aquela.

Conceituação

- De acordo com Cordeiro (2007), capacitar para a cooperação é condição essencial para a concretização da democracia na prática de governança, para a formação de governantes sintonizados com o futuro, é fundamental, primeiramente, fortalecer a visão estratégica das questões sociais, percebendo-a como a função orientadora da navegação, distinta do trabalho.
- Benevides (1994) diz que, a importância de se educar para a democracia é ensinar o valor da liberdade de expressão, respeito às diferenças, tolerância, empatia, preservação dos direitos políticos, liberdade civil, transparência, livre acesso à informação e, do respeito às liberdades individuais para a construção da cidadania.

Conceituação

- Marques (2008) explica que a cidadania é constituída de direitos e deveres, que enriquece as possibilidades da subjetividade, abrindo novos horizontes de auto realização, dessa forma, diz que a relação entre cidadania e subjetividade se apresenta de uma forma bem complexa. Benevides (1994) destaca a necessidade de uma educação que forme cidadãos capazes de julgar e escolher, que são indispensáveis numa democracia.
- Benevides (1994) ressalta que o ser humano precisa de outras pessoas para o descobrimento e correção de nossos erros, especialmente de que foram educadas em culturas diferentes, "e isso conduz à tolerância." (BENEVIDES p. 224, 1994).

APÊNDICE 3 - APRESENTAÇÃO MÓDULO 2

Conselhos municipais de Turismo

Bruna Fernanda de Carvalho Lopes

O que é um Conselho Municipal de Turismo?

- É uma instituição de democracia participativa que auxilia o município a respeito do desenvolvimento do turismo, podendo participar na elaboração de Planos de Desenvolvimento.
- O Conselho Municipal de Turismo é o principal canal de participação social nas políticas públicas municipais, permitindo estabelecer a aproximação do poder público com a sociedade. Bassani, Gomes e Passali (2020) ressaltam que:

[...] A institucionalização do comportamento democrático na burocracia pública do Turismo, além de ser um preceito Constitucional é a base para que se cumpra parte dos propósitos da Constituição Federal de 1988 e da Lei n° 11.771/2008 [Lei Geral do Turismo], que é o desenvolvimento econômico-social justo e sustentável e a democratização do acesso ao Turismo no País elevando o bem-estar geral. (BASSANI; GOMES; PESSALI, H. 2020, p. 165).

O que é um Conselho Municipal de Turismo?

- O conselho pode ser CONSULTIVO ou DELIBERATIVO.
Os conselhos consultivos têm função de opinar sobre assuntos que lhe são apresentados.
Os conselhos deliberativos por sua vez, tem a função de propor políticas públicas em sua área.
- O Ministério do Turismo possui modelos operacionais para a criação do estatuto do conselho e para seu regimento interno.

Como é a sua composição?

- O conselho municipal de turismo deve possuir representantes da gestão pública municipal, representantes da sociedade local bem como possuir representantes do trade turístico.
- Para Gomes (2018) os conselhos de turismo são uma oportunidade para que ocorra o aumento da interação entre os empresários, o setor público e as demais partes da sociedade local interessada no turismo. Por meio dessa aproximação há a troca de experiências, informações, o desenvolvimento de um espírito de cooperação, captação de oportunidades como capacitações além do fortalecimento do município como um destino turístico.

Como criar um Conselho Municipal de Turismo?

O Ministério do Turismo disponibiliza uma cartilha sobre como deve ser elaborado um projeto de lei para a criação do conselho.

Do Projeto de Lei do Conselho Municipal podem constar:

- O caráter do Conselho (deliberativo ou consultivo);
- O envolvimento de representação pública e privada na composição dos membros, respeitando-se os limites legais;
- A descrição das atividades e competências do Conselho;
- A designação do presidente do Conselho e de seu substituto;
- A designação de secretário executivo e de seu substituto;
- A possibilidade de participação de pessoas de notório saber;
- A duração dos mandatos;
- A competência dos membros titulares e suplentes;
- A competência do presidente e do secretário executivo;
- A necessidade de construção de Regimento Interno;
- A periodicidade das reuniões e o quórum exigido;
- A quantidade de votos para aprovação de pleitos (maioria presente);
- Forma de votação (secreta, aberta);
- A obrigatoriedade de presença dos membros nas reuniões e a penalização por faltas consecutivas;
- As regras para inclusão de novos membros ou reinclusão de integrantes;
- A informação de que a função de membro do Conselho não será remunerada.

O documento deve ser encaminhado ao órgão municipal e ao prefeito para

Regimento Interno

O Ministério do Turismo também disponibiliza nesta cartilha como deve ser formulado o regimento interno.

FORMULAÇÃO DE PORTARIA DE REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO

A partir da aprovação da Lei Municipal que institui o Conselho, o colegiado deve convocar a primeira reunião de trabalho para elaboração do Regimento Interno e votação por seus integrantes.

O Regimento deve prever:

- Estruturação interna do Conselho, secretarias, comissões temáticas ou grupos de trabalho e suas competências;
- A duração dos mandatos;
- A atuação e competências do Conselho;
- O código de conduta dos membros e a penalidades para o caso de quebra;
- Os assuntos que serão de responsabilidade do Conselho;
- Formas de realização das reuniões e a sua periodicidade, podendo ser mensal, bimestral ou trimestral;
- A previsão de realização de reuniões ordinárias e extraordinárias;
- A previsão de convidados especiais ou especialistas;
- Formas de controle de faltas e possíveis justificativas a tais ausências;
- Outros assuntos que julgarem pertinentes no andamento do Conselho.